

MOBILIZA SUS: PRÁTICAS COMUNITÁRIAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REDE DE SAÚDE DA REGIÃO DO GEOPARK ARARIPE**Aline Rany Jorvino da Costa¹****Ana Cristina Henrique de Souza²****Josênaria Bezerra da Silva³****Antonio Germane Alves Pinto⁴****Área Temática: Saúde.****RESUMO**

O projeto de extensão Mobiliza SUS: Práticas comunitárias e participação social na rede de saúde da região do Geopark Araripe, da Universidade Regional do Cariri (URCA), atua através do compartilhamento de informações acerca dos princípios e diretrizes que regem o SUS, bem como na realização de ações na comunidade. Objetivou-se descrever as atividades de extensão desenvolvidas pelo projeto Mobiliza SUS no território do Geopark Araripe. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, oriundo de ações extensionistas. As atividades decorreram a partir do uso de mídias digitais e ações presenciais na comunidade no período de março a outubro de 2022. Os municípios beneficiados foram os que compõem o Geopark Araripe. A execução das ações ocorreram em Estratégias de Saúde da Família, Centros de Atenção Psicossocial e na própria Universidade Regional do Cariri. O momento presencial implicou em cerca de 300 pessoas e no virtual à marca de 700 contas alcançadas. O envolvimento comunitário potencializou a tomada de decisão e interferiu diretamente no direito enquanto cidadania. Foi possível perceber a relevância de mobilizar os usuários do SUS a reforçarem sua participação nas atividades de atenção à saúde para alcançarem suas demandas. Observou-se as mídias digitais como estratégia para ação universitária e potencializadora do compartilhamento de informações que contribuem para o empoderamento dos usuários do SUS. Nota-se o papel do estudante extensionista enquanto incentivador de comportamentos saudáveis dentro da comunidade e estimulador do desenvolvimento crítico, o que nos mostra a expressiva significância da continuidade do projeto de extensão.

Palavras-chave: Cidadania. Participação Social. Sistema Único de Saúde.

EXTENSION PROJECT: MOBILIZA SUS: COMMUNITY PRACTICES AND SOCIAL PARTICIPATION IN THE HEALTH NETWORK OF THE GEOPARK ARARIPE REGION

¹ Universidade Regional do Cariri, Enfermagem, bolsista PROEX. E-mail: aline.rany@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, Enfermagem, bolsista PIBIC. E-mail: anacristina.henrique@urca.br

³ Universidade Regional do Cariri, Enfermagem, bolsista PROEX. E-mail: josenaria.bezerradasilva@urca.br

⁴ Universidade Regional do Cariri. Enfermeiro. Doutor em Saúde Coletiva. Professor Adjunto da Universidade Regional do Cariri (URCA). Líder do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). E-mail: germane.pinto@urca.br



ABSTRACT

The Mobiliza SUS extension project: Community Practices and Social Participation in the Araripe Geopark Region Network, from the Regional University of Cariri (URCA), works by sharing information about the principles, guidelines that govern the SUS; As well as in carrying out actions in the community. To describe the extension activities in the Geopark territory. Descriptive study of the experience report type, arising from extension actions. The activities took place from the use of digital media and actions in the community from March to October 2022. The benefited municipalities were those that make up the Araripe Geopark. The execution of the actions took place in Family Health Strategies, Social Care Centers and in the Universidade Regional do Cariri. Community involvement in decision-making and directly interfered with the right as a citizenship. It was possible to perceive the relevance of mobilizing SUS users to reinforce their participation in health care activities to meet their demands. Digital media are observed as a strategy for university action and as a potentiator of information sharing that contribute to the empowerment of SUS users. Which shows us the expressive significance of the continuity of the extension project.

Keywords: Citizenship. Social Participation. Health Unic System.

1 INTRODUÇÃO

O Mobiliza SUS tem como intuito estimular os usuários do SUS para alcance de suas demandas e necessidades cotidianas através do protagonismo social. O projeto de extensão Mobiliza SUS: Práticas comunitárias e participação social na rede de saúde da região do Geopark Araripe, da Universidade Regional do Cariri (URCA), foi implantado no ano de 2021 e atua através do compartilhamento de informações acerca dos princípios e diretrizes que regem o SUS, bem como noticiando aspectos de relevância social.

A comunicação com a comunidade se dá através de escuta qualificada, a qual o usuário é visualizado como principal ator do sistema de saúde pública. De forma que prioriza-se a articulação social com o intuito de estimular e ampliar a mobilização da sociedade. Partindo do pressuposto que a participação social é um importante elemento no processo de construção do SUS e considerando o pacato conhecimento acerca desse direito, se faz necessário potencializar e disseminar essa informação (André *et al*, 2021).

Sabe-se que os movimentos sociais promovem a interação dos mais diversos atores que protagonizam o SUS, o que possibilita o reconhecimento da singularidade e importância de cada cidadão no que diz respeito ao exercício da democracia em saúde (Hoper *et al.*, 2017). Diante disso, torna-se imprescindível lutar pela conservação e melhoria dos conselhos e conferências de saúde. A elucidação destes espaços é parte indispensável do processo, pois



possibilita a reflexão e identificação das fragilidades e potencialidades, apontando caminhos para superação dos desafios (Guarnieri; Setti; Pulga, 2021).

Compreender e construir conhecimento acerca dos conselhos municipais de saúde exige contribuição direta das ciências sociais e políticas, bem como modelos de planejamentos eficazes (Silva; Lima, 2021). Em cada território, é preciso a promoção de momentos de diálogos e propagação de saberes acerca do Sistema Único de Saúde (SUS), tornando-o a melhor via para garantia da atenção à saúde no Brasil.

Ao pensar no Geopark Araripe para executar a mobilização em prol da atenção à saúde, tem-se como propósito a diminuição dos riscos de adoecimento e a promoção da qualidade de vida a partir dos princípios que regem o SUS: universalidade, integralidade e equidade nas ações de saúde (Macedo; Pinheiro, 2014).

O Geopark Araripe está localizado no Centro Sul do Estado do Ceará. Esse território tem em torno de 3.796km e abrange seis municípios: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Nesse cenário, a região de saúde do Crato acomoda os municípios de Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri, já os municípios de Barbalha, Juazeiro do Norte e Missão Velha correspondem à região de saúde de Juazeiro do Norte (BRASIL, 2016).

No que se refere a composição de saúde destes municípios, a cidade de Crato é assistida por 34 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF); dois hospitais polos conveniados ao SUS, os hospitais São Camilo e São Raimundo; quatro centros de especialidades; e dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Juazeiro do Norte apresenta 64 equipes da ESF, dois CAPS, quatro centros de atenção especializada e três hospitais conveniados pelo SUS, dentre eles o Hospital Regional do Cariri, referência em atendimentos na região (BRASIL, 2019).

Este artigo trata de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, oriundo de ações extensionistas voltadas para alcance de resultados que implicam na participação social e melhoria da qualidade de vida dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Através desse modelo de ação, o tipo presencial implicou diretamente em cerca de 300 pessoas. O Instagram do projeto chegou à marca de 700 contas alcançadas, sendo que 78,4% desse público são mulheres, as principais faixas etárias beneficiadas foram pessoas de 25 a 34 anos, seguido pelas de 18 a 24 anos.

As atividades decorreram a partir do uso de mídias digitais e ações presenciais na comunidade, por intermédio do Projeto de Extensão MobilizaSUS, no período de março a



outubro de 2022. Os municípios beneficiados foram os que compõem o Geopark Araripe, sendo eles: Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Diante disso, objetivou-se descrever as atividades de extensão desenvolvidas no território do Geopark Araripe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A regulamentação do SUS ocorreu através das leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990. Essas regulam os serviços de saúde, de forma isolada ou conjunta, bem como, garante a saúde como direito fundamental do cidadão, onde o Estado deve prover todas as condições indispensáveis (BRASIL, 1990). A conquista de um sistema público de saúde foi um grande avanço para toda população brasileira, beneficiando todas as classes sociais, sem distinção de gênero e/ou cor, além de poder ser utilizado por todo usuário em todo o território nacional.

As ações e serviços de saúde devem ser executadas a partir dos princípios e diretrizes que norteiam o SUS. Esse é considerado o maior sistema de saúde pública mundial. É organizado através de pontos de assistência que compõem uma rede. Diante disso, a população além de ser beneficiada com os serviços, deve participar na construção e controle das políticas de saúde.

O SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, a atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde (BRASIL, 2020).

O acesso às ações e serviços de saúde em todo o território nacional foram ampliados através da implementação do sistema público de saúde brasileiro. Esse deve ocorrer de forma qualificada e benéfica para os usuários. Entretanto, concomitante a essa afirmação sabe-se a importância da tríade que compõe o sistema de saúde vigente do nosso país. O SUS é formado pelos gestores, funcionários da saúde e usuários (Batista; Gonçalves, 2011). Diante disso se faz necessário analisar o nível de conhecimento desses participantes sobre esse direito, assim como o nível de participação popular na construção do sistema de saúde.

“Embora esteja prevista na lei, a participação social é um processo, em permanente construção, que comporta avanços e recuos, e, por muitas vezes, depende de ampla mobilização da comunidade na defesa de seus direitos” (Rolim *et al.*, 2013). Compreender as interfaces da



adesão dos clientes à participação dos movimentos em saúde exige o entendimento acerca da importância de tal. Quando o usuário se faz presente nas conferências e conselhos de saúde o mesmo consegue dissertar suas reais necessidades, expor as fragilidades do sistema de saúde que interferem na qualidade da assistência; bem como participar como protagonista no processo de construção de melhorias do SUS.

Entretanto, nota-se que os usuários por vezes nem tomam por conhecimento esse direito fundamental para a sua vida e da comunidade da qual faz parte. Diante disso torna-se imprescindível o incentivo da participação popular no sistema de saúde público brasileiro, através da mobilização social utilizando estratégias que adequam-se à realidade de cada indivíduo.

Compreende-se os conselhos de saúde como órgãos que possuem caráter permanente nas diferentes instâncias governamentais, sendo essa composição imprescindível no que se refere a estruturação de base da Secretarias de Saúde. A participação da população é componente inerente aos conselhos de saúde, o que possibilita que os mesmos realizem a vistoria social do SUS (BRASIL, 1990).

Os conselhos de saúde são espaços de alto controle social, onde os usuários podem manifestar seus interesses relacionados às políticas de saúde pública e contribuir na construção de serviços que alcancem as suas demandas. A composição representativa dos membros, com 50% de entidades de usuários, 25% de entidades dos trabalhadores de saúde e 25% de representantes do governo, prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos, foi estabelecida pela Resolução nº 33/1992 (BRASIL, 1993). Intensificar a participação popular nos conselhos de saúde fortalece o nosso sistema e propicia que o usuário tenha poder de influência na qualidade da assistência ofertada.

No Brasil, a saúde é considerada um direito de todos, embora existam fragilidades que por vezes impedem a execução eficaz do sistema de saúde pública. Exposto isso, observa-se a limitação do conhecimento da população acerca desse direito. A informação restringe-se somente ao que se refere a acessibilidade aos serviços de saúde, sendo atenuadas atribuições significativas, como a participação popular e controle social (Silva *et al*, 2020).

Empoderar a população acerca dos princípios e diretrizes que regem o SUS, em específico quanto a importância da participação da comunidade e controle social na construção e fiscalização de serviços de saúde, trazem inúmeros benefícios desde a otimização dos planejamentos das ações a serem ofertadas até a fortificação dos regimentos do sistema. O



compartilhamento de informação deve transcender a acessibilidade aos serviços; formentando aspectos de cuidados da atenção primária até os mais complexos, atingindo a gestão e gerenciamento do cuidado.

Diante disso, compreende-se a Educação em Saúde como parte de um processo que permite os usuários transpor o conhecimento prévio no que concerne a saúde, o que propicia a facilitação do compartilhamento de saberes através da troca de experiências entre a articulação das dimensões de população e profissionais (Souza; Silva; Barros, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão mobilizou usuários do Sistema Único de Saúde do território do Geopark Araripe a participarem de atividades de atenção à saúde, através de ações presenciais em Estratégias de Saúde da Família, Centros de Atenção Psicossocial e na própria universidade. São inegáveis as vantagens das ações corpo a corpo, entretanto também fizemos uso das redes sociais com o intuito de atingirmos ainda mais usuários.

Os conteúdos digitais foram elaborados a partir de sites do Ministério da Saúde e Conselho Nacional da Saúde, sendo publicados na rede social instagram do projeto. É notório que a chegada da internet e a democratização dos aparelhos eletrônicos, proporcionaram o acesso a conteúdos que antes eram inatingíveis a determinadas camadas da população (Simon *et al.*, 2021).

A cada trimestre eram definidos os temas a serem trabalhados, esses eram determinados a partir da necessidade da população. As reuniões entre bolsistas e coordenador ocorriam de forma presencial, assim como utilizando a plataforma Meet. Vale ressaltar que por vezes o MobilizaSUS atuou de forma integrada com iniciativas de extensão semelhantes, como o projeto de extensão #BoraViverMelhor.

A construção de cada atividade a ser executada foram planejadas de forma mensal, ou seja, considerando as quatro semanas que constituem cada mês. A primeira semana equivale à etapa inicial, configura-se como a de Planejamento, sendo essa direcionada a levantamento das principais problemáticas e necessidades da população. Essa fase é construída em conjunto com o orientador do projeto.

A segunda etapa é referente a segunda semana do mês, a mesma é dedicada à mobilização virtual. Utilizamos como principal ferramenta de movimentação a rede social



instagram do projeto. A conta tem como nome de usuário Mobiliza SUS, através dessa compartilhamos informações acerca de aspectos de relevância social tendo como foco o Sistema Público de Saúde. A interação é realizada a partir de posts e perguntas nos stories. Além de divulgarmos eventos direcionados a nossa temática principal.

Na terceira semana de cada mês realizamos atividades presenciais. Os espaços escolhidos vão desde salas de espera das Estratégias de Saúde da Família, Centros de Atenção Psicossocial até pátios da Universidade. O local das ações é pensado de acordo com a temática de cada mês. Exemplo: O mês de Abril foi destinado a “Conferência Livre, Democrática e Popular e Saúde 2022”, diante do tema foi selecionada a Universidade Regional do Cariri como espaço para as ações, visto que a Conferência iria ocorrer no mesmo ambiente.

Ao final do mês é realizada análise das etapas anteriores. O quesito da avaliação é fundamental para observar os pontos positivos e fortalecer, assim como identificar as fragilidades a serem melhor trabalhadas nos meses seguintes. A construção do relatório é efetuado nessa fase.

Foram efetuadas ações e publicações durante todos os meses descritos na metodologia, com os seguintes temas: “Enfermagem / Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”; “Conferência Municipal de Saúde Mental”; “Geopark Araripe”; “Conferência Livre, Democrática e Popular e Saúde 2022”; “Violência contra a mulher”; “Setembro Amarelo: Promoção a saúde mental”.

As publicações dos posts ocorriam de duas a três vezes por semana, acontecendo por muitas vezes de forma concomitante às ações e período de elaboração dos relatórios mensais. As principais temáticas abordadas com a comunidade envolviam a intensificação da participação popular nas ações de saúde na região do GEOPARK Araripe. Sendo também utilizado o formato feedback projeto-população com o intuito de reconhecer as fragilidades da comunidade e ressignificação de conceitos previamente estabelecidos na primeira etapa (planejamento das atividades).



Figura 1- Registros de ações realizadas nos respectivos meses: Junho, Julho, Agosto.



Fonte: Arquivo Pessoal. Imagens autorizadas para publicação.

Quanto ao tema: “Promoção da Saúde” foram divulgadas orientações e cuidados com a saúde mental, além de intensificarmos o trabalho da Residência Integrada em Saúde da cidade de Itapipoca - Ceará através do compartilhamento de informações sobre o setembro amarelo visualizado sob outras perspectivas. O mês em questão também foi destinado a conscientização do dia da alfabetização, sendo que esse tem como objetivo ressaltar a importância da alfabetização para o desenvolvimento social e econômico mundial.

Figura 2- Postagens do projeto MobilizaSUS na plataforma eletrônica Instagram.



Fonte: Instagram @mobilizasus



A participação popular possibilita autonomia dos usuários, construção da consciência crítica, fortalecimento da cidadania, proteção ao direito à saúde, assim como a concretização de um Sistema Único de Saúde efetivo (Gomes; Órfão, 2021).

Trabalhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possibilita que o usuário utilize os recursos naturais de forma consciente além de promover o bem estar de todos. A partir desse contexto lançamos perguntas para observar o nível de conhecimento da população sobre o tema, com maior especificidade no objetivo três que trata sobre Saúde e Bem estar. Observou-se o déficit de conhecimento dos usuários e com isso publicamos informações precisas acerca do ODS para garantir o empoderamento da população.

As ações voltadas para conscientização com o Geopark Araripe foram realizadas na Universidade Regional do Cariri (URCA), através de um momento de roda de conversa com o intuito de garantirmos o aprendizado dos discentes acerca dos geossítios que compõem o Geopark. Foram utilizados materiais como cartolinas, canetinhas coloridas e imagens impressas. Assim como, ocorreu a visita ao stand do Geopark durante o período de exposição da cidade do Crato como momento oportuno para visualização dos geossítios.

A temática "Combate à Violência contra à Mulher" foi trabalhada com ações elencadas e desenvolvidas que pautaram a divulgação em redes sociais, com respeito às regras eleitorais, articulação e autorização com a equipe de Saúde da Família da Unidade Básica de Saúde São José em Juazeiro do Norte-CE e aplicação da proposta pedagógica de educação em saúde. A ação ocorreu no formato sala de espera em cooperação com estagiários de enfermagem da UNIFAP e apoio operacional da Enfermeira da equipe, Dra. Ana Paula. O envolvimento da comunidade com a temática ainda refletiu as limitações da população com o tema, embora relevante, mas com pouca participação da sociedade. Ainda desenvolvemos a captação de recursos materiais com pesquisas financiadas por estarmos atuando em parceria nas atividades.

Ao decorrer da construção do projeto foi possível observar que os sites que deveriam conter informações acerca do funcionamento dos Conselhos de Saúde dos municípios não continham os dados atualizados, o que dificultou por vezes as ações e isso demonstra que essas lacunas são fragilidades do SUS que interferem diretamente no acesso dos usuários. Num sistema que deve incluir a participação do cidadão, dar-lhe acesso à informação inteligível é questão elementar para que as assimetrias do processo decisório possam diminuir (Santos *et al*, 2020).



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, demonstrou-se a relevância de mobilizar os usuários do SUS a reforçarem sua participação nas atividades de atenção à saúde para alcançarem suas demandas. Bem como, observar-se as mídias digitais como estratégia para ação universitária e potencializadora do compartilhamento de informações que contribuem para o empoderamento dos usuários do SUS.

Ademais, nota-se o papel do aluno de extensão enquanto incentivador de comportamentos saudáveis dentro da comunidade e estimulador do desenvolvimento crítico, o que nos mostra a expressiva significância da continuidade do projeto de extensão.

Atenta-se para os desafios futuros do Mobiliza SUS; no que se relaciona a ampliar as atividades no território, intensificar a articulação com os serviços de saúde e conselhos municipais com o intuito de expandir a promoção da qualidade de vida através da emancipação da comunidade.

5 AGRADECIMENTOS

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Regional do Cariri (PROEX/URCA);
Fundo Estadual de Combate à Pobreza - (FECOP).

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Ayla Nóbrega; RAMOS, João Victor Bezerra; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Ana Cláudia Cavalcanti Peixoto de. Dificuldades da participação social na Atenção Primária à Saúde: uma revisão sistemática qualitativa. **Saúde em Redes**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 1-21, 11 jan. 2021. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/12/1348552/dificuldades-da-participacao-social-na-atencao-primaria-a-saud_MI2aVb3.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

BATISTA, Karina Barros Calife; GONÇALVES, Otília Simões Janeiro. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 884-899, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/9QMxSsmqMcqQPjXP9fbthCn/?lang=pt>. Acesso em: 10 nove. 2022.

BRASIL. **Lei Orgânica de Saúde n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 33, de 23 de**



dezembro de 1992. Aprova o documento “Recomendações para a Constituição e Estruturação de Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS):** estrutura, princípios e como funciona. Novembro, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona> . Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria de Saúde do Ceará – Região de Saúde de Crato. **Caderno de informação em saúde.** p. 41, 2016. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/caderno_saude_crato_dez2016.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria de Atenção a Saúde. **Indicadores - Serviços Especializados.** 2019. Disponível em:

http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades_Listar.asp?VTipo=113&VListar=1&VEstado=23&VMun=230730&VComp=201303&VTerc=&VServico=&VClassificacao=&VAmbu=&VAmbuSUS=&VHosp=&VHospSus=. Acesso em: 03 nov. 2022.

FLORES, L. F.; MELLO, D. T. O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um instituto federal no rio grande do sul. **Revista Conexão Uepg**, [S.L.], v. 16, p. 1-13, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/14465/209209212996>. Acesso em: 29 out. 2022.

GOMES, José Felipe de Freitas; ORFÃO, Nathalia Halax. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 45, n. 131, p. 1199-1213, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/mnGCSGkFNyJrshXhxGMk95m/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

GUARNIERI, Jaqueline Miotto; SEPPI, Sandía Maía; PULGA, Vandelléia Laodete. A Participação Populár na Saúde: Desafios e Potencialidades no Contexto Municipal. **Revista Saúde em Redes**, [s. l], v. 7, n. 2, p. 1-13, 22 jul. 2021. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3132>. Acesso em: 29 out. 2022.

HOPPE, Aíiane dos Santos; MAGEDANZ, Maíia Caíolina; WEIGELI, Leni Dias; ALVES, Luciane Maíia Schmidt; REZENDE, Maíistela Soaíes de; FISCHBORN, Aline Feínanda; KRUG, Suzane Beatíz Fíantz. Participação popular no Sistema Único de Saúde: olhar de usuáíios de serviços de saúde. **Cinergis**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 335, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/10927>. Acesso em: 30 out. 2022.

MACEDO, Joalana Araujo; PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. O Geoparque Araripe e o seu impacto no desenvolvimento local: Barbalha, Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S.L.], v.18, n. 2, p. 145-162, 10 nov.2014. Disponível em:



<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/12861/pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

ROLIM, L. B.; CRUZ, R. S. B. L. C.; SAMPAIO, K. J. A. J. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/dNgCW9WdJJx7VHV7xWkhSHq/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

SANTOS, Christiane Luiza; SANTOS, Paloma Maria; PESSALI, Huascar Fialho; ROVER, Aires José. Os conselhos de saúde e a publicização dos instrumentos de gestão do SUS: uma análise dos portais das capitais brasileiras. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [s. l.], p. 4389, 6 nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mnNTGr5N5QQZjXfZ97ZcfBF/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

SILVA, Berenice Temoteo da; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. Conselhos e conferências de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador, v. 26, n. 1, p. 319-328, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5nbtMTkPf4PwnJTbzdqPJDQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

SILVA, Keila Pereira da; COSTA, Marcio Martins da; PONTES, Ana Paula Munhen de. A percepção dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre o direito à saúde. **Hu Revista**, [S.L.], v. 46, p. 1-8, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/31947>. Acesso em: 30 out. 2022.

SIMON, Carla Sasso; NUNES, Rafael Zaneripe de Souza; VITALI, Marieli Mezari; MARTINS, Cibele Barsalini. O uso das redes sociais pelos órgãos gestores do Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde em Redes**, Santa Catarina, v. 7, n. 3, p. 1-15, 9 jun. 2021. Disponível em: DOI: 10.18310/2446-48132021v7n3.3447g771. Acesso em: 30 out. 2022.

SOUZA, Elza Maria de; SILVA, Daiane Pereira Pires; BARROS, Alexandre Soares de. Educação popular, promoção da saúde e envelhecimento ativo: uma revisão bibliográfica integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 1355-1368, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gKNHyg95H4SQgKQ3hxnzNZx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 nov.2022.

Recebido em 17 de novembro de 2022
Aceito em 24 de maio de 2024

